

Clonagem de animais e pré-sal são temas de debates

Novo Código de Processo Penal e estrutura do sistema de defesa da concorrência também devem ser discutidos pelo Senado

As comissões devem realizar nesta semana várias audiências públicas. Hoje, a de Assuntos Econômicos debate a destinação dos recursos oriundos do petróleo da camada do pré-sal. As de Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Constituição e Justiça discutem, também hoje, projeto que regulamenta a clonagem de animais. O presidente do STF, Gilmar Mendes, analisa em outra audiência a reforma do Código de Processo Penal. **3 a 5**

Indicações para TCU e STF começam a ser examinadas

Indicado para o TCU, José Múcio Monteiro deve ser sabatinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. A sabatina de José Antonio Dias Toffoli, indicado para o STF, pode ser realizada no dia 30. **6**

Pesquisa mostra que maioria apoia ação do Senado

Quatro senadores – Mozarildo Cavalcanti, Garibaldi Alves, Alvaro Dias e Roberto Cavalcanti – destacaram pesquisa segundo a qual 52% dos entrevistados defendem funcionamento do Senado. **7**



Waldemir Barreto



Waldemir Barreto

Parlamento do Mercosul se reúne em Montevideu (foto ao alto). Manifestantes cobram direito de falar em comissão

Protesto contra violação de direitos na Venezuela interrompe sessão do Parlasul

Em protesto contra a violação de direitos humanos em seu país, advogados e jornalistas da Venezuela interromperam a sessão de ontem do Parlamento do Mercosul, em Montevideu. Portando cartazes em defesa da liberdade de expressão, eles criticaram aos gritos os

integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do parlamento por haverem proibido a sua participação em reunião ocorrida pela manhã. Antes, o Parlasul decidiu realizar em Brasília sua última sessão do ano – em 30 de novembro e 1º de dezembro. **8**

Parques tecnológicos, o futuro do desenvolvimento?

Os parques tecnológicos, como o Vale do Silício, na Califórnia (EUA), devem contribuir para consolidar a formação de uma indústria do conhecimento competitiva e forte no Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor, ao coordenar o sexto ciclo de debates promovido pelo colegiado para discutir os desafios estratégicos do Brasil. A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores estima em 50 o número de parques tecnológicos no Brasil, mas apenas um terço está em pleno funcionamento. **2**



Moreira Alanz

Collor (C) preside audiência com Lubomir Dunin (E), Alcení Guerra, Maria Salette Weber e Josealdo Tonholo: em debate, os desafios estratégicos do país

Fotos: Moreira Mattiz



Lubomir Dunin, Alcení Guerra, Collor, Maria Salette Weber e Josealdo Tonholo (D)

Parque tecnológico pode contribuir com o desenvolvimento

Em audiência, especialistas apontam a importância de iniciativas que articulem empreendimentos empresariais e pesquisa acadêmica para a indústria do conhecimento

OS PARQUES TECNOLÓGICOS devem contribuir para consolidar a formação de uma indústria do conhecimento competitiva e forte no Brasil, disse ontem Fernando Collor (PTB-AL). O senador coordenou o painel “Novas Tecnologias Urbanas e Parques Tecnológicos” – o sexto do ciclo de debates promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para debater os principais desafios estratégicos que o Brasil deverá enfrentar até 2015.

Parques tecnológicos são empreendimentos que resultam da articulação entre pesquisa acadêmica e iniciativas empresariais. De acordo com Collor, a finalidade é prover a inteligência, a infraestrutura e os serviços necessários para o fortalecimento das empresas de tecnologia. Um dos mais conhecidos parques tecnológicos do mundo é o Vale do Silício, na Califórnia (EUA), sede de empresas como a Apple, a Intel e o Google.

– Guardadas as devidas proporções, o modelo de parques tecnológicos pode e deve representar para a indústria do conhecimento o mesmo que significou a universidade para o setor de ensino; os complexos financeiros como Wall Street para o setor financeiro; os *shopping centers* para o setor de comércio e a internet para as telecomunicações e os negócios – disse o senador.

O pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas, Josealdo Tonholo, que é diretor da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), afirmou que existem hoje no país mais de 50 parques tecnológicos, um terço dos quais em implantação, um terço em fase de projeto e um terço em pleno funcionamento. Além disso, segundo ele, há 440 incubadoras de empresas, entidades ligadas ao meio acadêmico que têm como

objetivo estimular a criação de novas empresas e prepará-las para sobreviver no mercado. Segundo dados da Anprotec, hoje há perto de 6 mil empresas sendo incubadas.

Primeiro palestrante, o deputado Alcení Guerra (DEM-PR) expôs aos senadores o caso do parque tecnológico de Pato Branco, município paranaense do qual foi prefeito. Ele explicou que a implantação gradual do parque, que começou com incentivos de vários presidentes da República, passou pela universalização do ensino em tempo integral, pela expansão dos cursos técnicos e de nível superior e pela concessão de incentivos financeiros. De acordo com Alcení, hoje a cidade é um polo de indústrias eletrônicas, especialmente de *software*, e a mortalidade infantil caiu.

A arquiteta Maria Salette Weber, que coordena no Ministério das Cidades o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), disse que o projeto começou em 1990 e foi desenvolvido em parceria com

o meio acadêmico e com a indústria de construção civil. O PBQP-H visa definir e estimular o cumprimento de normas técnicas de produção de materiais de construção. Já o especialista em urbanismo Lubomir Ficinski Dunin, que presidiu o Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, destacou a importância do planejamento urbano – lembrando que as grandes regiões metropolitanas concentram habitantes e gastos de energia – e a necessidade de pensar soluções para questões como a dificuldade de transportes entre as cidades integrantes dessas regiões e os desequilíbrios econômicos entre elas.

Além de Collor, que preside a CI, participaram da audiência os senadores Gilberto Goellner (DEM-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Presidente da CI, Collor destaca que governos têm valorizado o papel da inovação no desenvolvimento

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

No período do expediente, votação de requerimento que solicita ao TCU cópia do processo que determinou a suspensão de licitação no valor de R\$ 94 milhões. Com 56 itens na pauta, o Plenário analisa proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.



Audiência conjunta discute projeto sobre clonagem de mamíferos

Audiência pública conjunta, às 9h30, das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre projeto que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, liberação no ambiente e comercialização de clones de

mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves. Participam o professor da USP Flávio Meirelles; o pesquisador da Embrapa Rodolfo Rumpf; e representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ibama.

CE debate acumulação de cargos públicos no ensino superior

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para debater, entre os 24 itens da pauta, projeto que proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas, simultaneamente, em instituições públicas de ensino superior. Outra proposta analisa a candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A CE examina ainda projeto que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Mudanças Climáticas faz audiência sobre redução de emissões

Às 14h30, a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública destinada a apresentar um panorama das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e fazer uma exposição sobre a redução das emissões por desmatamento e degradação. Participam o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o diretor-executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Virgílio Vianna; e o consultor do Ministério do Meio Ambiente Tasso Azevedo.

CAE analisa recriação da Previc e marco regulatório do pré-sal

A primeira parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, será dedicada à sabatina de José Múcio Monteiro Filho, indicado para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em seguida, a CAE analisa 15 itens, entre eles o que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), vinculada ao Ministério

da Previdência. A comissão realiza audiência, às 14h, para debater o marco regulatório, os aspectos econômico-financeiros do pré-sal e a capitalização da Petrobras. Estão convidados o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme de Oliveira Estrella, e o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da empresa, Almir Guilherme Barbassa.

A arte de Antônio Poteiro em exposição no Senado

A Comissão de Artes Plásticas do Senado realiza exposição sobre a obra de Antônio Batista de Sousa, conhecido como Antônio Poteiro, que começou como fabricante de cerâmica utilitária e depois se dedicou à pintura. A mostra poderá ser visitada até 25 de setembro no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

Novo CPP em discussão na comissão temporária

Audiência pública, às 10h, na comissão temporária destinada a examinar o projeto que reforma o Código de Processo Penal (CPP), com a presença dos presidentes do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes; do Conselho Nacional do Ministério Público, procurador-geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos; do Conselho Nacional de

Procuradores de Justiça, procurador Leonardo Azeredo Bandarra; do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Marcus Antônio Favre; do Conselho da Justiça Federal, ministro Francisco Cesar Asfor Rocha; e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, desembargadora Marli Marques Ferreira.

CPI da Pedofilia se reúne com empresas de telefonia

Às 15h, grupo de trabalho da CPI da Pedofilia se reúne com as empresas de telecomunicação Claro e Telefônica.

Sarney recebe representante dos terceirizados

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o presidente da Associação dos Servidores Terceirizados do Senado, Waldemiro Livingston. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

Às 14h, CPI da Petrobras ouve gerentes da estatal

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras ouve hoje, a partir das 14h, os gerentes das áreas de responsabilidade social e de patrocínios da estatal, Luis Fernando Maia Nery e Eliane Sarmiento Costa, respectivamente.

Comissões debatem proposta que estrutura defesa da concorrência

Os senadores que integram três comissões discutem amanhã, às 8h30, projeto de lei da Câmara (PLC 6/09) que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica. Foram convidados para a audiência pública os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações, Ronaldo Sardenberg; da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, que representará o Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Badin.

Promovem a audiência pública as comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle (CMA). O projeto será votado também pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também deverão estar presentes o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Antônio Augusto de Aras; o diretor do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional, Tito Andrade; o presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Pedro Zanotta; a secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Araújo; o secretário-adjunto de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Rutelly Silva; e o integrante da Comissão Permanente de Estudos do Direito da Concorrência da OAB/MG, João Bosco Fonseca.

Grandes fusões somente com aprovação prévia do Cade

O projeto que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência atinge toda empresa brasileira ou estrangeira que opere no país. A instituição do controle prévio é a principal inovação: os negócios que envolvam grandes empresas, como fusões e aquisições, somente poderão ocorrer depois de autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Hoje, o negócio é fechado e depois submetido ao conselho. Pelo projeto, o sistema brasileiro de defesa da concorrência será composto pelo Cade – autarquia vinculada ao Ministério da Justiça – e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

O PLC 6/09 também muda os critérios para a submissão ao Cade dos negócios de aqui-

ção, fusão e *joint ventures*, chamados atos de concentração econômica, estabelecendo que devem ser submetidas ao conselho as operações em que, cumulativamente, pelo menos um dos grupos envolvidos tenha faturamento bruto anual equivalente ou superior a R\$ 400 milhões no ano anterior e em que outro grupo envolvido na operação tenha registrado no ano anterior faturamento igual ou superior a R\$ 30 milhões.

Duas inovações estão previstas na parte relativa à ação do Estado contra as condutas empresariais que busquem eliminar a concorrência: a prescrição do processo, no caso de paralisação por três anos, e a decisão discricionária do superintendente quanto ao tipo de processo que a denúncia de infração pode gerar.

Sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Turismo

O Senado reúne-se em sessão especial nesta quinta-feira, às 10h, para comemorar o Dia Mundial do Turismo, celebrado em 27 de setembro. A solicitação da sessão partiu do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e contou com apoio de outros senadores.

Segundo Quintanilha, a data é comemorada anualmente com a finalidade de promover a conscientização, entre a comunidade internacional, da importância do turismo, com suas vertentes social, cultural, política e econômica.

O Dia Mundial do Turismo foi instituído em 1970, como forma de homenagear a data de aprovação dos estatutos da Organização Mundial do Turismo (OMT), entidade intergovernamental vinculada à Organização das Nações Unidas. A OMT recomendou, para 2009, o debate sobre o tema “Mudanças Climáticas: o turismo em busca da ecoeficiência”, com objetivo



Quintanilha: objetivo é conscientizar sobre importância do turismo

de discutir os impactos ambientais da atividade turística.

Segundo a Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, feita pelo Ministério do Turismo e pela Fundação Getúlio Vargas, a OMT registrou que em 2008 o turismo foi drasticamente afetado pela crise financeira internacional. Após um crescimento de 5% na primeira metade do ano, foi registrada redução de 1% no total de desembarques internacionais.

Projeto permite a participação, de até R\$ 4 bilhões, da União em fundos garantidores de crédito para pequenas empresas e muda regras do Fundo de Investimento do FGTS



Plenário tem pauta trancada por duas medidas provisórias: uma delas autoriza subvenção de R\$ 44 bilhões ao BNDES

MPs estimulam exportação e crédito para empresas

MECANISMOS DE ESTÍMULO às exportações, ao crédito bancário para empresas e ao financiamento público de indústrias de bens de capital e de aviação estão previstos em duas medidas provisórias (MPs) em exame no Plenário do Senado. Ambas têm prioridade de votação sobre os demais itens.

A MP 464/09, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/09, regulamenta a distribuição de R\$ 1,9 bilhão para estados, municípios e Distrito Federal, como auxílio financeiro da União para fomentar as exportações. Os recursos foram entregues até 25 de junho.

A medida provisória também autoriza a União a participar de fundos que tenham como finalidade garantir, direta ou indiretamente, o risco de operações de crédito de empresas individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio portes, com vistas a facilitar seu acesso ao crédito bancário.

Essa participação da União está limitada a R\$ 4 bilhões, e os fundos deverão cumprir requisitos estabelecidos pelo governo federal. A MP criou também um conselho de participação, que deverá, entre outras atribuições, examinar as propostas encaminhadas pelas instituições financeiras controladoras dos fundos que pretendem receber os recursos da União.

FGTS

Na Câmara, a MP 464 teve 21 emendas. Uma alteração importante, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico e as exportações, segundo o relator da matéria naquela Casa, deputado Átila Lins (PMDB-AM), diz respeito à Lei 11.491/07, que instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).

Essa emenda determina que, após a aplicação integral dos recursos do patrimônio líquido do FGTS para integralização de cotas do FI-FGTS, a Caixa Econômica Federal poderá propor ao conselho curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas

adicionais de até R\$ 5 bilhões cada uma, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% do patrimônio líquido do fundo, registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que for autorizada a operação. Pela atual legislação, a data de referência é 31 de dezembro de 2006, o que congela o total dos recursos a valores daquele período, explicou o relator.

Ainda com relação ao FGTS, o PLV estabeleceu que a conta vinculada do trabalhador no fundo poderá ser movimentada para a integralização de cotas do FI-FGTS, permitida a utilização máxima de 30% do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. A atual legislação fixa esse percentual em 10%.

O PLV também alterou a Lei 8.001/90, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos. Com tal mudança, o percentual de compensação financeira pela exploração de recursos minerais será de 0,2% para outros tipos de extração que não seja feita por empresas mineradoras. A atual legislação fixa percentual de 1% para as empresas mineradoras – mantido pelo PLV –, mas isenta os garimpeiros.

Outra mudança determina que o Ministério da Fazenda disponibilize em sua página na internet relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas pelos fundos garantidores.

Aviação

A MP 465/09, transformada no PLV 15/09, autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica. Aprovado com quatro emendas pela Câmara, o projeto esten-

deu tal subvenção ao setor de aviação civil.

Relatado na Câmara pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), o PLV estabelece que a concessão de subvenção econômica ao BNDES se aplicará também à aquisição de aeronaves novas por sociedades nacionais e estrangeiras, com sede e administração no Brasil.

De acordo com a MP, a União fica autorizada a conceder subvenção ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento a serem contratadas até

31 de dezembro de 2009 para esses setores – prazo que poderá ser estendido por decreto do presidente da República, conforme mudança feita pelo PLV. O valor total dos financiamentos a serem subvencionados

pela União fica limitado ao montante de R\$ 44 bilhões.

Trigo

Outra mudança proporcionada pela MP 465 e acatada pelo PLV é a prorrogação, até 31 de dezembro de 2010, da redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno e a importação de farinha de trigo, do trigo e do pão comum.

O PLV também alterou a Lei 9.818/99, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para determinar que, além de dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação, esse fundo se estenda às operações de seguro de crédito interno para o setor de aviação civil. Os recursos do fundo poderão ser utilizados também na cobertura de operações de seguro de crédito interno para o setor de aviação civil, cabendo ao Executivo regulamentar essa norma.

União repassou R\$ 1,9 bilhão a estados e municípios para fomentar exportações

De acordo com Kátia Abreu, prática já está sendo adotada no Brasil mesmo sem definição de "várias questões que exigem uma regulamentação mínima"

Comissões debatem projeto sobre clonagem de animais

A PRÁTICA DA clonagem de animais já está sendo realizada no Brasil sem que várias questões que exigem uma regulamentação mínima estejam devidamente definidas, explica a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), autora de projeto sobre o tema que será debatido hoje por quatro comissões.

Segundo a senadora, o projeto pretende chamar a atenção para o fato de que o Direito deve estar na vanguarda, preparado para

organizar o desenvolvimento e o uso da técnica da clonagem. A senadora registra que o desenvolvimento dessa técnica poderá permitir que se salvem espécies silvestres ameaçadas de extinção e difíceis de ser reproduzidas em cativeiro. Kátia Abreu afirma ainda que a clonagem de animais de estimação, de animais com elevado mérito genético e a união da engenharia genética com a clonagem para a produção de medicamentos e substâncias

com utilidade comercial são áreas que deverão constituir-se em grandes mercados.

A audiência será realizada pelas comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), com a participação de representantes da Universidade de São Paulo (USP), da Embrapa, do Ibama e dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento.

A proposta de Kátia Abreu

Senadora afirma que o desenvolvimento da clonagem de animais poderá salvar espécies da extinção e ter grande utilidade comercial, na pecuária e na produção de medicamentos. O projeto (PLS 73/07):

- restringe a **pesquisa e produção comercial** de clones à pessoa jurídica e exige registro da atividade no órgão competente;
- requer **autorização para importação** de clones, a ser emitida pelo órgão competente;
- define os **documentos** necessários, os **prazos** administrativos e os **órgãos** responsáveis por registrar, autorizar e fiscalizar as atividades;
- explicita que, se a atividade com clones envolver **animal geneticamente modificado**, será necessária a autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança;
- estabelece que cabe ao Ministério da Agricultura autorizar a introdução de **alimentos** provenientes de animais clonados na cadeia alimentar humana e animal;
- prevê que, para **certificação** de origem, o dono do animal cuja célula for armazenada para clonagem futura deverá guardar amostra de ácido desoxirribonucleico (ADN) do animal;
- determina que o uso de **células somáticas** para clonagem somente poderá ocorrer quando elas forem coletadas para essa finalidade e houver autorização do proprietário do animal;
- prevê que os responsáveis por **danos** ao meio ambiente e a terceiros responderão pela indenização ou reparação integral do dano causado;
- responsabiliza a **instituição** que realizar clonagem de animal cuja propriedade não tenha sido comprovada;
- define as penalidades para as **infrações administrativas**;
- tipifica os **crimes** referentes ao descumprimento da lei e especifica as **penas**;
- determina o **rastreamento** dos clones.



Mão de obra rural temporária em análise na CCJ

A possibilidade de contratação de mão de obra temporária a ser empregada na área rural será discutida amanhã em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a Lei 6.019/74, o trabalho temporário no setor agropecuário não é permitido, e o PLS 171/04, do então senador Ramez Tebet, pretende abrir essa oportunidade. O projeto tem Kátia Abreu (DEM-TO) como relatora na CCJ.

A legislação atual já autoriza a contratação de mão de obra temporária por empresas urbanas, junto a outras constituídas com essa finalidade, diante de necessidades episódicas – como substituição de férias e de licenças médicas dos trabalhadores



Requerimento da audiência foi apresentado por Ideli Salvatti

– ou para períodos de pico de produção.

O requerimento da audiência é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), mas Kátia Abreu apresentou aditamento convidando outros expositores para, segundo afirmou na ocasião,

"equilibrar o debate".

Entre os convidados para a reunião, estão o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; e representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); da Associação Nacional dos Magistrados do Brasil da Justiça do Trabalho (Anamatra); da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da Sociedade Rural Brasileira (SRB); da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única)

O projeto será ainda examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Ameaça de expulsão de brasileiros na Bolívia

A situação de 20 famílias brasileiras ameaçadas de expulsão da cidade de San Ignacio de Velasco, na fronteira da Bolívia com o Brasil, será debatida em audiência amanhã, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a expulsão foi anunciada pelo Ministério de Terras da Bolívia no dia 13 de agosto. O requerimento da audiência é de Geraldo Mesqui-

ta Júnior (PMDB-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Para o debate, foi convidado o diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eduardo Gradilone Neto.

De acordo com a reportagem, os dois governos estão providenciando, por meio da Organização Internacional de Migrações (OIM), a transferência de outras 1.500 famílias da região fron-

teiriça de Pando, na Amazônia Boliviana, para terras no interior daquele país ou do Brasil.

O jornal diz ainda que o governo boliviano considera a retirada dos brasileiros em conformidade com a nova Constituição daquele país, segundo a qual "nenhum estrangeiro pode adquirir ou ter propriedades em território nacional sob usufruto em uma faixa de 50km a partir da fronteira".



Comissão de Educação examina projeto que atende a determinações do COI

Exigências para candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos

O projeto de lei que visa atender às exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI) para que a cidade do Rio de Janeiro se candidate a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 pode ser votado hoje. Essa proposta (PLC 128/09) está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, em caráter terminativo.

O texto, de autoria do Executivo, aborda diversos itens, como a destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do comitê organizador; a dispensa de visto aos estrangeiros vinculados ao evento; a fiscalização e a repressão de atos ilícitos "que infrinjam os direitos sobre os símbolos relacionados aos jogos"; e a aplicação de regras *antidoping*.

Aprovada em regime de urgência na Câmara dos Deputados, essa matéria já recebeu, somente neste mês, parecer favorável de quatro comissões do Senado: a de Assuntos Econômicos (CAE); a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ensino básico

Outro item na pauta da CE é a proposta que aumenta a exigência de frequência mínima no ensino básico – de 75% para 80% das horas letivas. Esse projeto de lei (PLS 385/07) foi apresentado em 2007 pelo então senador Wilson Matos, que exerceu o mandato por quatro meses como suplente de Alvaro Dias (PSDB-PR).

Proposta permite que estudos reduzam tempo de prisão

A Lei de Execução Penal prevê que o tempo de prisão pode ser reduzido se o condenado trabalhar. Visando estender benefício similar aos presos que optam pelos estudos, há no Senado três projetos que estão na pauta de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

As propostas, que tramitam em conjunto, são o PLS 265/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF); o PLS 164/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP); e o PLS 230/08, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

O relator dessas matérias é o senador Expedito Júnior (PR-RO). Ele propôs um substitutivo que reúne elementos dos três projetos, além de sugestões de sua autoria.

Segundo a Lei 7.210/84, para cada três dias de trabalho, a pena é diminuída em um dia. De acordo com o texto de

Expedito, o preso em regime fechado ou semiaberto poderá ter sua pena reduzida em um dia para cada 20 horas de frequência escolar. Mas, para que isso seja válido, essas 20 horas têm de estar divididas por, no mínimo, quatro dias – e é necessário comprovar a aprovação do condenado ao final do curso.

Condicional

O relator acrescentou ainda outras medidas para beneficiar os condenados em regime aberto ou em liberdade condicional: eles poderão diminuir parte de sua pena por meio dos estudos e, além disso, poderão utilizar os recursos do Programa Universidade para Todos (ProUni).

O substitutivo de Expedito Júnior ainda terá de ser analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, na qual receberá decisão terminativa.



Comissão de Relações Exteriores discute situação de famílias que vivem na fronteira

Comissão debate reforma do Código de Processo Penal

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, participa hoje de debate sobre a proposta (PLS 156/09) de reforma do Código de Processo Penal na comissão temporária criada especialmente para o exame da matéria. A audiência pública integra uma série de encontros promovidos pela comissão para discutir o projeto.

Também deverão estar presentes à audiência pública o procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Gurgel Monteiro Santos; o presidente do Conselho da Justiça Federal, Francisco Cesar Asfor Rocha; o procurador-geral de Justiça, Leonardo Azeredo Bandarra; o representante do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Marcus Antônio Faver; e a desembargadora Marli Marques Ferreira.

A proposta de reforma do Código de Processo Penal prevê que o réu poderá utilizar o embargo de declaração apenas uma vez em cada uma das instâncias da Justiça pela qual o processo passar. O embargo de declaração é um recurso por

meio do qual o defensor pede esclarecimentos ou complementação de uma decisão do magistrado, quer por eventual contradição ou omissão de detalhe. Atualmente, não há limites na lei para a utilização desse recurso. A intenção dos legisladores é evitar a utilização desse instrumento como forma de atrasar o processo.

Outra mudança proposta, que se espelha na legislação francesa, é a implantação dos juízes de garantia. De acordo com o texto, o magistrado que atuar no inquérito policial – concedendo mandados de prisão, por exemplo – não poderá ser o mesmo que julgará o réu.



Presidente do STF, Gilmar Mendes, é um dos convidados para a audiência

Sessão lembra os cem anos da rede federal de ensino técnico

O Congresso Nacional realiza amanhã, às 10h, sessão solene para comemorar o centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico. A sessão será no Plenário do Senado.

O Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico, celebrado em 23 de setembro, e a comemoração em 2009 do Ano da Educação Profissional e Tecnológica foram estabelecidos pela Lei 11.940/09.

Em 23 de setembro de 1909, o governo federal criou, por meio do Decreto 7.566, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, composta,

naquela época, por 19 escolas de aprendizes artífices, com objetivo de oferecer ensino profissional gratuito. Essas entidades deram origem às escolas técnicas e agrotécnicas federais e aos centros federais de educação profissional e tecnológica (Cefets).

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica conta com 38 institutos federais em todos os estados, que oferecem ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da rede federal.

"Acesso democrático às conquistas científicas"

Ao lembrar o histórico do ensino técnico federal no Brasil, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que esse sistema, que foi concebido como um instrumento político destinado às classes menos favorecidas, se tornou, com o passar do tempo, um mecanismo de acesso democrático às conquistas científicas.

Segundo o senador, o governo federal pretende investir R\$ 1,1 bilhão na expansão do ensino técnico federal no Brasil até o final de 2010. Já este ano, informou, deverão ser entregues cem novas unidades em todo o país.

Valdir Raupp também registrou a pesquisa divulgada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual a maioria dos entrevistados se disse



Raupp: governo vai investir R\$ 1,1 bi no ensino técnico até o final de 2010

favorável ao bicameralismo e à existência do Senado Federal.

Na opinião do parlamentar, a população entende que a "instituição deve permanecer", independentemente de quem sejam os parlamentares e de que atrevesse crises.

Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, que também discutirá a capitalização da Petrobras, contará com presença dos diretores Financeiro e de Exploração da estatal

Comissão debate regras para exploração do pré-sal

O MARCO REGULATÓRIO e os aspectos econômico-financeiros do pré-sal, assim como a capitalização da Petrobras, serão debatidos hoje, em audiência pública às 14h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Participam da reunião dois representantes da Petrobras – Guilherme de Oliveira Estrella, diretor de Exploração e Produção, e Almir Guilherme Barbassa, diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Autor do requerimento para realização da audiência, o senador Tião Viana (PT-AC) considera fundamental ampliar o debate sobre a destinação dos

recursos que resultarão da exploração do pré-sal. A seu ver, o Senado deveria ser o centro determinante desse marco regulatório, uma vez que a Casa é responsável pelo ordenamento do pacto federativo.

O senador tem recomendado que os governadores dos estados não diretamente envolvidos no pré-sal se reúnam em busca de providências para não ficarem à margem da concentração de recursos das *royalties* do petróleo no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo.

Para Tião Viana, se medidas preventivas não forem tomadas, as desigualdades regionais no



Para Tião Viana, "Senado deveria ser o centro determinante desse marco"

país deverão aumentar, levando a um distanciamento ainda maior do pacto federativo ideal.

CCJ discute revogação de mandato pelos eleitores

O direito de os eleitores revogarem mandatos políticos e vetarem leis poderá ser adotado no Brasil se aprovada proposta de emenda à Constituição do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Instrumentos de democracia participativa, a revogação de mandatos e o veto popular serão debatidos nesta quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a presença dos juristas Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato e João Baptista Herkenhoff, além dos cientistas políticos Paulo Kramer e Murilo Aragão.

A destituição de autoridade pelo eleitor também é conhecida na gíria política como *recall*, palavra de origem inglesa que quer dizer exatamente revogação. O termo tem sido bastante utilizado no Brasil por montadoras, para convocar proprietários de carros com defeitos de fábrica. O mecanismo em discussão no Senado, entre-



Proposta de Valadares institui ainda o chamado veto popular

tanto, constituiria um direito a ser exercido pelo eleitor que considerasse ruim a atuação do político que elegeu.

Para explicar o que é o direito de revogação, Valadares cita texto no qual o cientista político e jurista Paulo Bonavides afirma que esse é um "mecanismo excepcional de ação efetiva do povo sobre as autoridades, permitindo-lhe pôr termo ao mandato efetivo de um funcio-

nário ou parlamentar, antes da expiração do respectivo prazo legal".

Já o veto popular, ainda segundo Bonavides, "é a faculdade de que é titular o eleitorado de se manifestar coletivamente contrário a determinada medida governamental ou lei já devidamente aprovada ou em vias de ser efetivada".

A proposta (PEC 80/03) de Valadares tramita em conjunto com outras duas. A primeira (82/03), do então senador Jefferson Péres, prevê o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário (presidente da República, governador, prefeito e senador). A segunda (73/05), de Eduardo Suplicy (PT-SP), cria o referendo revogatório do mandato de presidente da República e de congressista. A audiência, marcada para as 10h, foi sugerida por Renato Casagrande (PSB-ES) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Em pauta a regulamentação para a atividade de diarista

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã, em decisão terminativa, projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define a atividade de diarista. Pela proposta, não será gerado vínculo empregatício com pessoas, como as faxineiras, que trabalharão até três dias por semana para a mesma família ou pessoa, ainda que em residências distintas.

De acordo com o projeto (PLS 160/09), o valor da diária, com oito horas de duração, não poderá ser inferior a 1/15 avos do salário mínimo vigente no país, no caso R\$ 31, tomando por referência o mínimo de R\$ 465.

O projeto – que tem parecer favorável do senador Lobão Filho (PMDB-MA), com alterações que propõe – determina ainda que o diarista será obrigado a inscrever-se no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

como contribuinte individual ou facultativo e efetuar seu próprio recolhimento da contribuição previdenciária.

FGTS

Na mesma reunião, marcada para as 11h, os membros da CAS devem examinar ainda projeto (PLS 301/08) do senador César Borges (PR-BA) que tem por meta melhorar a remuneração dos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A ideia é ratear de forma proporcional 50% do lucro líquido do fundo, que ficaria depositado na respectiva conta vinculada até o cotista poder sacá-lo, na forma da lei.

Para César Borges, o projeto, que recebeu parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), não representa nenhum risco para o patrimônio do FGTS, mas apenas abre espaço para que o cotista tenha me-



Projeto de Serys Slhessarenko tem parecer favorável de Lobão Filho

lhor remuneração. Ele lembrou que atualmente a rentabilidade das contas vinculadas ao FGTS está abaixo da inflação.

A CAS deve apreciar também projeto (PLS 46/09) de Flávio Arns (sem partido-PR) que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) os proventos de aposentadoria ou reforma de pessoas com deficiência, e proposta da deputada Bel Mesquita (PMDB-PA) que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Designação de José Antonio Dias Toffoli para ministro do Supremo gera polêmica por causa de condenação na Justiça do Amapá. Para Alvaro Dias, indicado não tem currículo

Senado examina indicações de Lula para o TCU e o STF

DUAS COMISSÕES DO Senado examinam nesta semana as indicações feitas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o preenchimento de vagas no Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai sabatar hoje, a partir das 10h, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro Filho, indicado pelo presidente da República para o cargo de ministro do Tribunal de Contas

da União (TCU). A sabatina será pública e a votação, secreta. José Múcio ocupará no TCU a vaga de Marcos Vileça.

A indicação do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal abre a pauta de matérias que devem ser examinadas amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A sabatina de Toffoli está prevista para o dia 30.

A opção do presidente Lula pelo nome de José Antonio

Dias Toffoli vem produzindo controvérsias. O motivo é uma sentença da 2ª Vara Cível e Fazenda Pública de Macapá que condena o advogado a devolver R\$ 700 mil ao estado. Para o juiz Mário César Kaskelis, Toffoli foi contratado irregularmente pelo governo do Amapá em 2000 para prestar serviços advocatícios. Entretanto, o juiz Mario Elzebio Mazurer, da 2ª Vara Civil e Fazenda Pública de Macapá, suspendeu ontem a decisão da Justiça do Amapá que condenou Toffoli

Alvaro: Supremo não é "cabide" para abrigar aliados do governo

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter indicado o atual advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. O senador afirmou que Toffoli não tem uma trajetória jurídica que o credencie para ocupar tal função.

– A indicação é infeliz, é atrapalhada. O Supremo Tribunal Federal não pode ser menosprezado. O Supremo não é um cabide para abrigar aqueles que se alinham, eventualmente, a este ou aquele governo. Não é dessa forma que o Supremo tem que ser encarado. Ao contrário: notório saber jurídico, a meu ver, é o pressuposto básico indispensável para a indicação – sentenciou

Alvaro Dias.

De acordo com o senador, Toffoli não tem mestrado nem doutorado na área jurídica, não tem livros publicados e não tem o saber jurídico necessário para o cargo. Alvaro Dias também afirmou que Toffoli já foi reprovado em dois concursos públicos para o cargo de juiz de primeira instância. Para o senador, existem vários juristas renomados no país com mais preparo e talento que Toffoli.

– Como estimular o aprimoramento intelectual e a busca do conhecimento se, num momento como este, faz-se a opção pelo companheiro, a opção da amizade, do interesse político-partidário? Qual é o currículo do indicado do presidente da República? – questionou Alvaro Dias.



Alvaro Dias critica "a opção pelo companheiro, a opção da amizade"

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Toffoli é atualmente o advogado-geral da União por ter a capacidade e o conhecimento jurídico necessários.

Alvaro Dias sugeriu que o presidente da República desista da indicação pois, em sua opinião, Toffoli tem "trajetória jurídica insuficiente" para credenciá-lo ao posto.

Castração química para condenado por pedofilia

Está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto (PLS 552/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que prevê a pena de castração química para pedófilo condenado à prisão por crimes de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores. O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou substitutivo prevendo apenas a oferta de tratamento para contenção da libido, sem caráter obrigatório, mas assegurando ao preso que aderir à terapia a redução de

um terço da pena. O texto receberá decisão terminativa.

Deve ser também examinado o substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projetos de resolução que mudam a composição e o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Entre outras sugestões, o texto veda a participação no conselho de senadores que respondam a processos por crimes contra o patrimônio público e que tenham tido, a qualquer tempo, contas rejeitadas em outros cargos ou pleitos.

O substitutivo consolida ideias de cinco diferentes propostas, sugerindo a aprovação da mais antiga, o PLS 15/03, do senador Tião Viana (PT-AC). Aproveita ainda emendas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – uma delas para propor que a composição do conselho seja feita mediante eleição pelo Plenário do Senado, por meio de voto aberto e direto, em que cada senador poderá sufragar os nomes de três colegas. Se aprovado, o substitutivo e matérias vão a exame final, em Plenário.

Mário Couto denuncia uso de carro oficial em assalto no Pará

A notícia principal da edição de hoje do *Diário do Pará*, "Carro oficial usado em ataque à polícia", motivou o senador Mário Couto (PSDB-PA) a ocupar a tribuna do Plenário para denunciar a violência que se instalou no estado. Ele informou que o motorista do chefe da Casa Civil, usando o carro oficial, assaltou uma delegacia acompanhado por outras quatro pessoas.

– Olhe como está o Pará: increditável. O carro é o que serve ao chefe do gabinete civil da governadora. Será que em outra cidade do Brasil já aconteceu fato semelhante? É o governo roubando o governo – afirmou Mário Couto.

O senador disse que permaneceu em Belém durante a semana passada e que, no período, recebeu centenas de denúncias. Uma delas foi da contratação de uma empresa para reformar a estrutura física e as instalações elétricas, hidráulicas e hidrossanitárias de uma escola. Segundo Mário Couto, não houve licitação, mas a consultoria jurídica da Secretaria de Educação forneceu parecer autorizando o pagamento pela obra.

Mário Couto leu trechos do parecer que teria sido assinado pela consultora jurídica Amália



Motorista do chefe da Casa Civil envolveu-se no crime, diz senador

Xavier dos Santos. O documento conclui que, apesar de não ter sido formalizado processo licitatório, teria ficado comprovada a relação jurídica, "ainda que verbal".

Outro assunto abordado por Mário Couto foi o estado das estradas federais. Ele disse que foi de ônibus de Brasília a Belém e teve a duração do percurso ampliada em seis horas em virtude das péssimas condições das rodovias. O senador criticou o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot, que teria se queixado à Justiça por acusações anteriores de Mário Couto.

Sarney lamenta falecimento de Paulo Cabral

"Com a morte de Paulo Cabral, se encerra um ciclo de pioneiros que fizeram história no jornalismo brasileiro." A declaração foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, logo após a missa que, na manhã de ontem, antecedeu o enterro do jornalista, no cemitério Campo da Esperança, em Brasília.

Administrador do condomínio acionário dos Diários Associados por 22 anos, quando se empenhou em modernizar o conglomerado de comunicação, Paulo Cabral morreu de leucemia aos 87 anos.

– Começamos na mesma época como jornalistas. Ao longo da vida, tivemos uma ligação muito estreita e é com grande saudade que estou aqui para esta despedida – afirmou Sarney.

O presidente destacou o estilo modernizador de Cabral na direção do condomínio.

Cavalcanti registra morte do jornalista

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) registrou ontem a morte do jornalista Paulo Cabral. O senador lembrou que Cabral também atuou na política, tendo sido prefeito de Fortaleza (1951-1955) e deputado estadual, e que durante 22 anos ocupou o cargo de presidente do condomínio acionário dos Diários Associados. Além disso, Paulo Cabral foi secretário-geral do Ministério da Justiça no governo Ernesto Geisel e presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) de 1994 a 2000, onde marcou posição firme em defesa da liberdade de imprensa e do direito à informação.

– Homem de confiança de Assis Chateaubriand, criador da cadeia de jornais, Cabral participou do esforço para a criação da TV Tupi, a primeira emissora de televisão da América do Sul – assinalou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes • Mário Couto • Cícero Lucena

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Papaléo: governo negligencia controle da malária



Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou que doenças como malária e dengue continuem matando pessoas no Brasil, principalmente na região Norte. Ele disse que o governo federal e as autoridades sanitárias são negligentes na prevenção e no controle dessas doenças. De acordo com o parlamentar, a malária atinge principalmente os estados do Acre, Amapá, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Papaléo, que é médico, citou estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo o qual as mudanças climáticas estão aumentando a disseminação de doenças como a dengue.

Virgílio vê duplicidade em serviço de saúde no AM



Arthur Virgílio

A aprovação pela Assembleia Legislativa do Amazonas, em regime de urgência, de projeto de lei do Executivo estadual que cria uma unidade para atuar na área da saúde foi criticada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele observou que o Subcomando de Pronto Atendimento e Resgate (Subpar) gera duplicidade na prestação de serviços médico-hospitalares e desperdiça dinheiro público.

Outra proposta do governo amazonense aprovada com urgência foi a criação de sete unidades de pronto atendimento (UPAs). Também nesse caso, o senador salientou a suspeita de duplicidade de serviço, pois Manaus já dispõe de 16 serviços de pronto atendimento (SPAs).

Fotos: Gerardo Mangalá



Cícero solicita ao governo antecipação do repasse da cota extra de 1% do FPM

Cícero Lucena anuncia evento da CNM em Brasília

Debate sobre os impactos negativos da crise econômica nas finanças municipais será promovido amanhã no Senado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), destacou Cícero Lucena (PSDB-PB). O evento reunirá prefeitos e gestores municipais para discutir estratégias para manutenção dos serviços básicos das prefeituras diante da redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), informou.

Na pauta do encontro da CNM, disse o senador, estarão o parcelamento das dívidas dos municípios, a tramitação da PEC dos Precatórios, a regulamentação dos recursos para a saúde, o Fundo de Manutenção e da Educação Básica (Fundeb) e o marco regulatório para o pré-sal.

Citando reportagem do jornal *Diário da Paraíba*, Cícero Lucena mencionou o caso de municípios de seu estado que, à beira da falência devido às dívidas acumuladas com a redução dos repasses do FPM, decidiram fechar as portas por uma semana, a partir de amanhã, para chamar atenção do governo federal.

O senador solicitou ao governo a antecipação do repasse da cota extra de 1% do fundo, geralmente depositada em dezembro. A seu ver, a providência minimizaria os efeitos da queda da arrecadação.

Garibaldi Alves, Mozarildo Cavalcanti, Alvaro Dias e Roberto Cavalcanti destacam importância do trabalho do Senado ao comentar pesquisa que mostra que 52% dos entrevistados apoiam funcionamento da Casa

Mozarildo: maioria reconhece valor da atuação do Senado

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) comentou a matéria "Maioria da população rejeita fim do Senado, revela pesquisa", publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O senador leu trechos da reportagem e destacou o fato de 52% dos mil entrevistados terem concordado que a existência do Senado é importante para o país. De acordo com a maioria dos entrevistados pelo Instituto Análise, frisou Mozarildo, a existência do bicameralismo (Câmara e Sena-



Mozarildo afirma que população terá "oportunidade de ouro" em 2010

do) é necessária para o aperfeiçoamento das leis do país.

A população terá uma "oportunidade de ouro" nas eleições de 2010, quando dois terços das vagas no Senado estarão em disputa, acrescentou Mozarildo. Para ele, o eleitor deve deixar de votar no "senador que ele acha que não presta".

Em apertes, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que o Senado merece credibilidade e é o "ancoradouro da democracia". Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a pesquisa mostra que o brasileiro consegue separar os desvios cometidos por alguns senadores da instituição Senado.

STF

Mozarildo Cavalcanti ainda se declarou contrário à indicação de José Antonio Dias Toffoli para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, por parecer uma tentativa de "aparelhamento" do tribunal.

Cristovam: "Não está tudo resolvido"

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem o balanço das atividades legislativas apresentado pelo presidente do Senado, José Sarney, na última quinta-feira. De acordo com os números, o Senado produziu 45% mais no primeiro semestre de 2009, em comparação com mesmo período de 2008. Para o senador, ainda que se deva comemorar o balanço positivo, a apresentação dos números é uma tentativa de "tapar o sol com a peneira",

já que procura passar à opinião pública a ideia de que não existe crise administrativa nem ética no Senado.

– Não estou ignorando vitórias, mas não gostaria de ver esta Casa passar para a opinião pública a ideia de que está tudo bem, tudo resolvido.

Da mesma forma, disse Cristovam, a publicidade governamental procura "tapar o sol com a peneira" ao alardear índices positivos, como melhoria na

Garibaldi vê a pesquisa como desafio a senadores

GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) destacou a pesquisa publicada por *O Estado de S. Paulo* segundo a qual a maioria dos entrevistados defende o funcionamento do Senado, apesar da crise vivida pela instituição ao longo deste ano.

Senado e Câmara são vistos como necessários para o aprimoramento das leis, conforme 52% dos entrevistados. Outros 35% acham que o Legislativo deveria contar apenas com a Câmara para que as leis sejam bem feitas. Para 64% dos entrevistados com curso universitário, o Senado deve ser mantido.

Garibaldi disse que o resultado da pesquisa surpreendeu cientistas políticos e até mesmo senadores ouvidos pelo jornal.

Ex-presidente da Casa, Garibaldi afirmou que o fim do Senado não é abertamente defendido por nenhum partido ou líder político, mas reconheceu que o debate ganhou alento nos



Para Garibaldi, é preciso "refletir sobre a valorização do Senado"

últimos meses em razão da crise vivida pela instituição, sobretudo com a edição dos chamados atos secretos para a nomeação de pessoas.

– Encaro o resultado da pesquisa como um desafio a todos os senadores, para que possamos refletir cada vez mais sobre a valorização do Senado. É preciso tomar consciência de nossas fragilidades para que o Senado volte às suas funções – disse.



Segundo Cristovam, governo procura "tapar o sol com a peneira"

Publicidade do governo "mente", diz Mão Santa



Mão Santa

Segundo Mão Santa (PMDB-PI), a publicidade do governo federal "mente" ao anunciar melhorias em diversas áreas, "enquanto a população sofre com a falta de segurança e de atendimento na rede pública de saúde".

– O governo está tão ruim que aqui é o lugar que mais morreu gente com a gripe suína – afirmou.

O senador também acusou o governo do Piauí de utilizar propaganda enganosa, citando reportagens em que a população de Teresina reclama da falta de policiamento nas vias públicas. Mão Santa disse ainda que o governo poderia ampliar a participação das prefeituras no programa Bolsa Família, como forma de aprimorar o benefício.

João Pedro registra nova eleição em Coari (AM)



João Pedro

João Pedro (PT-AM) registrou ontem a realização de nova eleição em Coari (AM), cujo prefeito, Adail Pinheiro, foi cassado, preso e indiciado pela Polícia Federal, em junho deste ano. O vencedor foi Arnaldo Mitouso, de uma coligação. Adail, segundo o senador, é apontado pela PF como líder de uma quadrilha que desviou mais de R\$ 30 milhões só em sonegação de impostos, além de comandar um esquema de exploração sexual de menores e uma milícia armada.

João Pedro também ressaltou, "com alegria e otimismo", o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira.

Portando cartazes em defesa da liberdade de expressão, advogados e jornalistas da Venezuela criticaram integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do parlamento por haverem proibido a sua participação em reunião

Protesto de venezuelanos por direitos humanos interrompe sessão do Parlasul

ADVOGADOS E JORNALISTAS da Venezuela interromperam a sessão de ontem do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, com protestos contra a violação de direitos humanos em seu país. Portando cartazes em defesa da liberdade de expressão, eles criticaram os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do parlamento por haverem proibido a sua participação em reunião pela manhã.

O presidente do Parlasul, o uruguaio Juan José Domínguez,

suspendeu a sessão e pediu a retirada dos manifestantes do plenário. Do lado de fora do edifício, o advogado Gonzalo Himiob Santomé, diretor do Foro de Advogados da Venezuela, disse ter sido convidado.

– Vim como representante dos presos e perseguidos políticos da Venezuela, convidado pela Comissão de Direitos Humanos. Vimos hoje como certos interesses comerciais colocam-se por cima da dignidade humana e dos direitos humanos – afirmou.

Segundo o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), integrante da comissão, a reunião durante a qual os venezuelanos teriam sido convidados, ocorrida em Buenos Aires, “não teve o quórum necessário, uma vez que parlamentares uruguaios não estavam presentes”. Ontem, com quórum, explicou, a proposta de convite foi rejeitada.

– Não se podem investigar denúncias sobre um país que não é membro do Mercosul, e a Venezuela ainda não integra

oficialmente o bloco – disse.

Honduras

O anúncio da presença em solo hondurenho do presidente deposto do país, Manuel Zelaya, foi recebido com entusiasmo por senadores brasileiros que estavam em Montevidéu. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Aloizio Mercadante (PT-SP) defenderam que o Parlasul emitisse uma declaração de “respeito ao Estado de direito e pelo restabelecimento da democracia em Honduras”.



Roberto Cavalcanti alerta para situação na Venezuela e na Argentina

Cavalcanti aponta cerco à imprensa na América Latina

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) registrou as agressões e intimidações que os meios de comunicação de massa vêm sofrendo na Venezuela e em outros países da América Latina. O senador manifestou, no entanto, “redobrada confiança” na reação dos setores que não se dobram diante de tais ameaças, frisando que a sociedade brasileira e a da América Latina devem estar unidas na luta pela livre manifestação do pensamento e pelo acesso à informação, com as vantagens dos regimes plurais e democráticos.

Na Venezuela, disse Cavalcanti, o que mais chama atenção é a situação que vive hoje a Globovisión, ameaçada de perder a licença por supostamente ter veiculado mensagens que atentariam contra a segurança do país, o que representaria uma violação à lei que rege o setor.

Precedente

O senador lembrou ainda do precedente ocorrido no país vizinho em 2007, com o fechamento da RCTV, além da decisão recente do governo do presidente Hugo Chávez de revogar 34 licenças de rádio e de canais de televisão naquele país, o que gerou protestos em várias partes do mundo. Cavalcanti disse que a diversidade de pontos de vista também não tem sido tolerada na Argentina, cujo governo encaminhou ao Parlamento projeto de lei de serviços audiovisuais autorizando empresas de serviços públicos, basicamente companhias telefônicas, a atuar como fornecedoras de TV a cabo.

O senador disse que a proposta, de acordo com analistas, tem o propósito de ferir os interesses do grupo Clarín, o maior conglomerado de mídia do país e líder no mercado de TV a cabo.

– Embora o governo Cristina Kirchner tenha recuado desse propósito, modificando a proposta original, o cerco ao grupo Clarín continua – afirmou.

Última sessão deste ano será realizada em Brasília

O Parlasul realizará em Brasília a sua última sessão do ano, dividida em reuniões nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. A decisão foi tomada ontem, em reunião da Mesa diretora do parlamento, em Montevidéu.

Inicialmente prevista para ocorrer em Porto Alegre, a sessão será transferida para Brasília por iniciativa da Representação Brasileira, que, desta forma, pretende aproximar parlamentares brasileiros dos representantes dos demais países do bloco.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou a sugestão de transferência durante reunião da representação com o embaixador Regis Arslanian, representante permanente do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração



Parlamento do Mercosul se reunirá no Brasil em 30 de novembro e 1º de dezembro

(Aladi). Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que havia proposto a sessão em Porto Alegre, concordou com a transferência.

A sessão prevista para Brasília

ocorrerá às vésperas do fim do prazo para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto de lei que regulamentará as eleições dos futuros integrantes

Legislativo do bloco deve criar um Observatório de Energia

O Parlamento do Mercosul deverá contar em breve com um Observatório de Energia, para acompanhar o processo de integração energética entre os países que formam o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A criação do observatório recebeu ontem o apoio da Comissão de Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlasul, durante reunião realizada em Montevidéu.

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que integra a comissão e participou da reunião, o observatório poderá tornar

mais fácil a participação de entidades da sociedade civil nos debates sobre produção e distribuição de energia, temas que ele considera fundamentais para o processo de integração regional.

Na mesma reunião, o colegiado do Parlasul decidiu participar do Seminário Internacional de Interconexões e Negócios de Geração e Transmissão, no Rio de Janeiro, entre os dias 14 e 16 de outubro. A comissão também participará do Seminário Internacional Hidrovias para a Integração Latino-Americana, que se inicia hoje em Assunção.

Simon lembra a integração europeia e defende Mercosul

Pedro Simon (PMDB-RS) utilizou ontem, em discurso no Parlasul, o exemplo da integração europeia para fazer a defesa do Mercosul. Se após a 2ª Guerra Mundial, franceses e alemães dificilmente poderiam imaginar que seriam integrantes da União Europeia, a disposição ao diálogo ocorrida ali também poderá ter grande papel na construção de caminho próprio para a integração regional sul-americana, disse ele.

O pronunciamento de Pedro Simon foi uma resposta ao discurso do parlamentar uruguaio Pablo Iturralde, do Partido



Pedro Simon responde crítica de parlamentar uruguaio ao bloco

Nacional, de oposição, que ao criticar o Mercosul, afirmara que não se poderia estar mais longe do ideal em termos de integração regional.



Para Suplicy, bloqueio não contribuiu para a abertura do regime cubano

Suplicy: Obama será sensível a apelo de Lula contra embargo a Cuba

Ao comunicar que o embargo a Cuba será um dos temas tratados pelo presidente Lula, amanhã, em seu pronunciamento na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter a convicção de que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, irá sensibilizar-se com o apelo que Lula fará pelo fim do bloqueio econômico contra Cuba.

Segundo o senador, outro assunto do discurso será a reforma no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial.

Em diálogo com os líderes do G20, o presidente, de acordo com Suplicy, pedirá que eles intervenham em favor do fim do embargo a Cuba, “uma reivindicação antiga da maioria dos países latino-americanos.”

– Esses países preferem a estratégia da integração de Cuba ao hemisfério como forma de conduzi-la pacificamente a um regime mais aberto – afirmou o senador.

As decisões tomadas por Obama de liberar a remessa de recursos financeiros e a visita de cidadãos norte-americanos a Cuba foram

aplaudidas por Suplicy. Por outro lado, ele opinou que a prorrogação, por um ano, da “Lei do Comércio com o Inimigo” atualmente só tem efeitos práticos contra Cuba.

Em apartes, João Pedro (PT-AM) e Flávio Torres (PDT-CE) disseram que o bloqueio termina punindo o povo cubano. Valdir Raupp (PMDB-RO) posicionou-se “radicalmente contra” qualquer tipo de embargo, mas considerou que se Fidel Castro tivesse feito uma abertura e realizado eleições, teria entrado para a história de forma positiva.